
ECOLOGIA

EDUARDO PASSARO JUNIOR

UM CONTEXTO HISTÓRICO E SÓCIO-AMBIENTAL DOS POVOS DA FLORESTA DO ACRE: Ensaio sobre história recente desses povos e as políticas públicas estaduais do “Governo da Floresta”



Rio Claro
2012

EDUARDO PASSARO JUNIOR

UM CONTEXTO HISTÓRICO E SÓCIO-AMBIENTAL DOS
POVOS DA FLORESTA DO ACRE: Ensaio sobre história recente
desses povos e as políticas públicas estaduais do “Governo da
Floresta”

Orientador: Flávio Henrique Mingante Schlittler

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Instituto de Biociências da Universidade
Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” -
Câmpus de Rio Claro, para obtenção do grau
de Ecólogo.

Rio Claro
2012

574.5 Passaro Junior, Eduardo
P286c Um contexto histórico e sócio-ambiental dos povos da floresta do
Acre : ensaio sobre história recente desses povos e as políticas públicas
estaduais do "Governo da Floresta" / Eduardo Passaro Junior. - Rio Claro
: [s.n.], 2012
39 f. : il.

Trabalho de conclusão de curso (Ecologia) - Universidade Estadual
Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro
Orientador: Flávio Henrique Mingante Schlittler

1. Ecologia. 2. Governo da Floresta. 3. Florestania. 4. Frente Popular
do Acre. 5. Ecologia dos saberes. 6. Biopoder. I. Título.

Ficha Catalográfica elaborada pela STATI - Biblioteca da UNESP
Campus de Rio Claro/SP

AGRADECIMENTOS

Gratidão à Mãe Terra! Gratidão a toda vida que devido a ela e por ela flui! Gratidão ao Sol, pela luz de nossas vidas, e a todos os astros (e Manoel de Barros) que nos mostram sutilmente como tudo que é pequeno também é gigante. Gratidão às multiplicidades encontradas todos os dias, todos os minutos... multiplicidades que nos regam de belas energias em todo encontro casual polinizando cada vez mais diversidade por aí. Gratidão às plantas, aos animais, aos minerais, à tudo ao nosso redor! Gratidão Água, Madeira, Fogo, Terra e Metal... elementos formadores de tudo aquilo que é vivo e também não-vivo!

Gratidão à toda minha família, principalmente de meus pais, Eduardo e Rose. Eduardo, de quem não herdei somente o nome, mas ensinamentos para toda vida, simplicidade, humildade e verdades. Rose, ser digno de ser chamado de Mãe... magnificamente dedicou sua energia ao cuidado caloroso de seus frutos. Eduardo e Rose que juntos sempre forneceram um porto seguro, ao mesmo tempo que davam aquele empurrãozinho para que um novo vôo fosse alcançado... ambos, merecedores de toda gratidão de meu coração!

Gratidão a Amanda, companheira que esteve ao meu lado ao longo dos últimos anos, com quem pude compartilhar riquíssimos momentos que sempre levarei comigo!

Gratidão aos companheiros dessa vida, amigos com quem convivi momentos que polinizaram a flor da vida... sempre sedenta por dispersar seus frutos e sementes por esse mundo, abrindo sempre novos ciclos energéticos! Aqueles com quem mais convivi e que fazem parte do meu ser, muita coisa boa foi e será vivida... gratidão! Àqueles com quem menos, ou não, convivi... bora que ainda temos tempo! Sintam-se todos envolvidos pela minha gratidão...

Gratidão àqueles que fizeram e fazem parte dos grupos Gira-Sol e Reflexões Contemporâneas, ponto de contato entre pessoas com a vida na flor da pele! Grupos que possibilitaram trocas de experiências potencializadoras das multidões de abelhas loucas por polinizar mais flores!

Gratidão... SOMOS UM!!!

Prezo insetos mais que aviões.
Prezo a velocidade das tartarugas
mais que a dos mísseis.
Tenho em mim esse atraso de nascença.
Eu fui aparelhado para gostar de passarinhos.
Tenho abundância
de ser feliz por isso.
Meu quintal
É maior do que o mundo.
MANOEL DE BARROS

RESUMO

O Estado do Acre, território mais recentemente incorporado ao Brasil, até meados do século XIX apresentava em seu território apenas povos tribais ameríndios, que lá habitavam desde milênios. O histórico de povoamento mais recente do estado (a partir da segunda metade do século XIX) está atrelado com o mercado internacional da borracha, a região foi o destino de milhares de pessoas em busca de fazer a vida explorando as seringueiras. A partir de então uma série de disputas fundiárias ocorreram na região, o que foi um dos fatores que influenciaram na conformação da sociedade acreana. O movimento ambientalista surgiu no estado como resultado dessas disputas fundiárias na segunda metade do século XX. No final da década 90 o governo estadual, assimilando o discurso ambientalista, assume o governo com a Frente Popular do Acre, composta por uma série de partidos, com o autodenominado “Governo da Floresta” e usando o neologismo “florestania” como símbolo do projeto do governo. Apesar de utilizar amplamente em seu discurso temáticas ambientais e dos povos da floresta, acabou ao longo dos anos tendo atitudes com um cunho mais doutrinador do que emancipador. A discrepância entre a prática e o discurso do “Governo da Floresta” é então analisada a partir de conceitos como “Ecologia dos Saberes” e “Biopoder”, conceitos que auxiliam na identificação das atitudes de cunho doutrinador postas em prática pelo governo. Considerando como “ecologia dos saberes” aquela forma de conhecimento que tem a premissa um reconhecimento da pluralidade de conhecimentos heterogêneos que em interações sustentáveis e dinâmicas entre eles não comprometem suas autonomias e “biopoder” como aquela forma de poder que exerce a sua dominação sobre a própria vida da população, estabelecendo como é que esses devem viver.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
2. OBJETIVO.....	9
3. METODOLOGIA.....	10
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	11
4.1. Histórico recente do povoamento do Acre e lutas a ele atreladas.....	11
4.1.1 <i>A luta com o meio</i>	11
4.1.2 <i>A luta com os outros</i>	13
4.1.3 <i>Luta com os mesmos</i>	15
4.1.4 <i>A luta com os novos</i>	16
4.1.5 <i>Novas lutas</i>	18
4.2 - Análise do governo estadual e seu discurso de florestania.....	18
4.2.1 <i>Surgimento do discurso ambiental no acre</i>	18
4.2.2 <i>Assimilação do discurso ambiental pela frente popular do acre</i>	20
4.2.3 <i>O neologismo 'florestania'</i>	21
4.2.4 <i>Primeiras medidas do governo da floresta</i>	25
4.2.5 <i>Sustentabilistas e desenvolvimentistas</i>	28
4.2.6 <i>Reeleição da FPA por três mandatos</i>	30
4.3 - Pesquisa sobre quais são na atualidade as necessidades e aspirações dos ribeirinhos.	32
5. CONCLUSÃO.....	34
5.1. Considerações finais.....	36
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	39

1. INTRODUÇÃO

O estado do Acre, situado na região administrativa Norte do país, está na região mais ocidental do Brasil e faz fronteira com dois países latino-americanos (Peru e Bolívia) e dois estados brasileiros (Amazonas e Rondônia). É o estado que abrange a porção territorial mais recente do território brasileiro, incorporada ao Brasil já no século XX.

O Acre possui uma extensão territorial de 16.422.136,05 ha e uma população, em 2010, de 733.559 habitantes (um dos estados brasileiros de menor densidade demográfica). A taxa de urbanização do estado vem crescendo desde que esse dado começou a ser levantado, sendo atualmente (2010) de 72,56%. (ACRE, 2011a) O nome do estado representa a forma pela qual os exploradores da região transcreveram a palavra *Uwákuru*, do dialeto dos índios Ipurinã (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, ?).

Representa um dos estados do país que ainda preservam grandes extensões do bioma Amazônico, sendo que toda sua extensão está dentro dos limites da Amazônia Legal. Abrange, principalmente em suas regiões de fronteiras internacionais, zonas de alta biodiversidade e de alto grau de endemismo, áreas consideradas prioritárias quanto à necessidade de estudos científicos, assim como de preservação.

A sua remota localização geográfica é um dos fatores de seu atual estado de preservação, localização que acabou gerando um tardio processo de ocupação pelos homens brancos, desencadeado principalmente no final do Século XIX. Esse histórico possibilitou que até então a ocupação da região fosse predominantemente de povos tribais que ali faziam o seu viver desde tempos remotos e que, devido ao seu modo de vida, acabaram tendo seu papel nessa evolução da paisagem.

Atualmente, dentro do território do Acre habitam 13 etnias indígenas: Arara do Rio Amônia, Arara Shawãdawa, Ashaninka, Katukina Pano, Kaxinawá, Kuntanawa, Manchineri, Nawa, Nukini, Puyanawa, Shanenawa, Yaminawá e Yawanawá. (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, ?)

Esses índios que atualmente habitam o território acreano são, boa parte deles, descendentes diretos dos povos originários dessa região, que ali viviam há milênios. Esses povos ameríndios possuíam(em) uma relação harmonica com o meio por eles habitado (a floresta), e são possuidores de cosmologias holísticas.

Os povos indígenas foram os únicos habitantes dessa região por milênios, até que no final do século XIX, devido à demanda do mercado internacional da borracha, se iniciou a

migração de pessoas de diversas partes do Brasil (principalmente pessoas provenientes do nordeste do país) para o local onde hoje está o Acre.

Essa época representou um ‘divisor d’aguas’ para a história da região, onde a partir de então passaram a conviver no mesmo espaço territorial os povos ameríndios originários e aqueles que para lá migravam em busca da borracha, que já eram representantes de um povo brasileiro miscigenado (descendentes de índios, europeus e africanos), formado ao longo da colonização do Brasil, com uma racionalidade claramente ocidental.

Como a ocupação do Acre se deu primeiramente através dos rios, foi estabelecida uma forma de organização social onde o principal meio de transporte é o fluvial, aí então surge a figura do ribeirinho. (ACRE, 2011b).

A sociedade acreana começa então a se reconfigurar com a chegada dos seus novos habitantes. O Acre é hoje um estado multiétnico, com sua população constituída por descendentes de todas as raças que formaram a sociedade brasileira. A formação da sociedade acreana atual apresenta um histórico de diversas disputas fundiárias recentes e consequentes resistências daqueles que lá habitam.

Este trabalho consiste primeiramente de uma breve análise, a partir do final do século XIX, do povoamento do estado e consequentes movimentos sociais que foram organizados. Em seguida, analisaremos também a constituição das atuais forças políticas que comandam o estado sob o conceito de “Governo da Floresta” e o neologismo “Florestania”. Na sequência, um breve capítulo apresentará conteúdos de uma carta dos Povos da Floresta, resultado de um encontro nacional, onde são ressaltados algumas preocupações e aspirações desses povos. Considerações sobre o conjunto das temáticas abordadas será realizado no final do trabalho.

2. OBJETIVO

Ao realizar uma análise histórico política da anexação do território hoje compreendido pelo território do Acre e das lutas atreladas ao povoamento do Estado, realizar uma discussão sobre o discurso do “Governo da Floresta” e de seu projeto de governo denominado como “florestania”. A partir disso elaborar reflexão da distinção entre o discurso do governo e a prática do mesmo.

3. METODOLOGIA

O método utilizado para a execução do estudo foi uma revisão bibliográfica que consistiu de 3 fases. A primeira é uma pesquisa sobre o surgimento dos ribeirinhos no estado do Acre e dos outros povos da floresta, associado com o histórico de ocupação do estado. A segunda parte é uma análise do governo estadual e seu discurso de florestania. A terceira fase é uma pesquisa sobre quais são na atualidade as necessidades e aspirações dos povos da floresta.

Após essas 3 etapas de revisão bibliográfica uma análise de todo material obtido ajudará a elaborar reflexões sobre o assunto abordado.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1. Histórico recente do povoamento do Acre e lutas a ele atreladas

A história do povoamento do estado é marcada por uma série de disputas fundiárias, e para elucidar as diferentes etapas decorrentes do processo de ocupação do estado, seguiremos a análise apresentada no ‘Caderno dos Povos da Floresta’, publicação do Governo do Estado do Acre. Nesta publicação as lutas ocorridas partir do final do século XIX são divididas em 5 partes: A luta com o meio, A luta com os outros, A luta com os mesmos, A luta com os novos e Novas lutas.

4.1.1 *A luta com o meio*

Ainda no final do Século XIX as terras hoje compreendidas pelo território do Acre era habitada apenas por povos tribais, que ali viviam com seus modos de vida adaptados à floresta. A realidade da região era completamente diferente daquelas onde habitavam aqueles que para lá começaram a migrar em busca da borracha (ouro negro).

A ocupação do Acre é um caso histórico inteiramente fortuito, fora da diretriz do nosso progresso. Agravou-o uma seleção natural invertida: todos os fracos, todos os inúteis, todos os doentes e todos os sacrificados expedidos a esmo, como o rebotalho das gentes, para o ‘deserto’. Quando as grandes secas castigavam os sertões, as cidades do litoral se enchiam de famintos assombrosos, devorados pelas febres. (CUNHA, 2006)

Os imigrantes iam com a ilusão de encontrar na chamada ‘terra do ouro negro’ muita abundância e uma vida mais fácil. Suas expectativas sobre as terras ditas inesgotáveis e inexploradas era de encontrar árvores fartas em um leite que valia como ouro e assim fazer uma fortuna rápida. Mas logo o sonho se transformava em uma dura realidade ao chegarem à floresta, os imigrantes nordestinos, gaúchos, cariocas, espanhóis, italianos e sírio-libaneses se deparavam com uma selva a qual começou a ser chamada de ‘inferno verde’, ou até mesmo devorador de almas, devido a dificuldade encontrada no ambiente hostil ao qual não estavam adaptados. As notícias eram aterradoras, eram assombrados pelas histórias de fome, do impaludismo (hoje conhecido como malária), do beri-beri e das feridas brabas que nunca saravam, (NEVES, [21-])

Porém, para boa parte dos recém-chegados não havia retorno possível, os imigrantes de realidades, até então, distintas lá se uniam sob as mesmas dificuldades. Como exemplo dos imigrantes podemos citar: os rebelados dos pampas, os fugitivos da Guerra de Canudos, os tangidos pela seca, entre outros. Para esses, aquela era a nova realidade onde iriam ter que fazer seu viver, na floresta que a todos acolhia e escondia, restava então encarar a solidão das colocações da seringa, espalhados ao longo dos rios, numa terra sem leis. (NEVES, [21-])

O sistema que funcionava nos seringais eram verdadeiros centros de escravidão e aqueles que lá chegavam não tinham outra opção, pois já chegavam profundamente endividados e dificilmente conseguiam, mesmo sob árduo trabalho, pagar aos credores os custos de suas viagens, suas ferramentas, seus mantimentos e todos outros itens essenciais para sobreviverem.

Euclides da Cunha no início do Século XX participou de uma expedição para o Acre e escreveu diversos relatos sobre as observações que fez nessa selva onde novos habitantes tentavam fazer de morada. Segue abaixo sua análise da conta de um dos seringueiros (aqueles que trabalham para se escravizar, segundo Euclides) em uma das vendas dos seringais:

No próprio dia em que parte do Ceará, o seringueiro principia a dever: deve a passagem de proa até o Pará (35\$000), e o dinheiro que recebeu para preparar-se (150\$000). Depois vem a importância do transporte, num *gaiola* qualquer de Belém ao barracão longínquo a que se destina, e que é, na média, de 150\$000. Aditem-se cerca de 800\$000 para os seguintes utensílios invariáveis: um boião de furo, uma bacia, mil tigelinhas, uma machadinha de ferro, um machado, um terçado, um rifle (carabina Winchester) e duzentas balas, dois pratos, duas colheres, duas xícaras, duas panelas, uma cafeteria, dois carretéis de linha e um agulheiro. Nada mais. Aí temos o nosso homem do baracão senhoril, antes de seguir para a barraca, no centro, que o patrão lhe designará. Ainda é um brabo, isto é, ainda não aprendeu o *corte* da Madeira e já deve 1:135\$000. Segue para o posto solitário encaçado de um comboio levando-lhe a bagagem e víveres, rigorosamente marcados, que lhe bastem para três meses: 3 *paneiros* de farinha-d'água, 1 saco de feijão, outro, pequeno, de sal, 20 quilos de arroz, 30 de charque, 21 de café, 30 de açúcar, 6 latas de banha, 8 libras de fumo e 20 gramas de quinino. Tudo isto lhe custará cerca de 750\$000. Ainda não deu um talho de machadinha, ainda é o *brabo* canhestro, de quem chasqueia o *manso*

experimentado, e já tem um compromisso sério de 2:090\$000. (CUNHA, 2006)

Após sua expedição, em 1905, Euclides da Cunha publicou diversos artigos relatando a realidade da região. A partir desses artigos pode-se notar que os maiores males que os imigrantes sofriam não estava somente nas dificuldades impostas pelo meio ambiente, mas sim nas precárias condições de transporte e trabalho que os novos seringueiros enfrentavam em sua jornada. A alimentação e a higiene dos imigrantes não eram alvo de preocupação daqueles que os empregavam, concomitante a isso o trabalho exigido deles era sobre-humano. Apesar de todas precariedades e obstáculos enfrentados o povoamento conseguiu estabelecer uma sociedade que vivia da e na floresta, descobrindo modos e estratégias de viver na Amazônia. (NEVES, [21-])

4.1.2 A luta com os outros

O território hoje compreendido pelo Estado do Acre, tem um histórico de disputas fundiárias de longa data. Os primeiros tratados a respeito dos limites territoriais dessa região, tratado de Madri (1750) e Santo Ildefonso (1777), eram poucos claros sobre a exata divisão entre o território brasileiro e boliviano.

Parte da região hoje em dia compreendida como território do Acre, pertencia antes aos limites territoriais da Bolívia, posse essa, do estado boliviano, reconhecida pelo governo do Império do Brasil em 1867, pelo Tratado de Ayacucho, após lutas desencadeadas devido a questões fundiárias. (ACRE, 2006).

As condições geográficas acabaram sendo favoráveis aos brasileiros, que através do Juruá e do Purus (afluentes do Amazonas) tinham acesso direto a Belém e Manaus, tanto para o transporte dos novos trabalhadores como para o escoamento das toneladas de borracha retiradas na região. Já os cursos d'água bolivianos não chegavam às terras acreanas, mas sim ao rio Madeira, e na jornada passavam por grupos tribais Pano, muito aguerridos na defesa de seu território, entre outros obstáculos. (NEVES, [21-])

A empresa seringalista, que exercia sua exploração nas proximidades, alcançou em 1878 a boca do rio Acre e acabou tendo o controle do território de todo médio Purus. Ultrapassando, em 1880, a Linha Cunha Gomes, que representava o limite final das terras brasileiras, acabaram expandindo o seu empreendimento para terras Bolivianas. (ACRE,

2006) Em 1895, ao surgirem as proclamações bolivianas de posse do território do ACRE, os brasileiros estavam já ali situados há pelo menos 15 anos fazendo com que o povoamento brasileiro nos altos rios Purus e Juruá um fato consumado. Os seringais já estavam estabelecidos e produtivos, de onde escoavam sua produção, através de Belém e Manaus, para centros consumidores da Europa e América do Norte. (NEVES, [21-])

Quando no ano de 1899 os bolivianos decidiram ocupar militarmente o Acre, devido a negociações de arrendamento da região para capitalistas europeus e norte-americanos interessados na produção da borracha, ocorre uma revolta dos brasileiros alocados naquele território, eram contrários às medidas alfandegárias e administração impostas pela Bolívia. A partir dessa constatação ocorre a Primeira Insurreição Acreana, expulsando os bolivianos de um povoado por eles mesmo fundado nas margens do Rio Acre, chamado de Puerto Alonso. (NEVES, [21-])

Desde então a luta dos brasileiros que lá habitavam continuou sem ajuda do governo federal, que exigia a devolução do território aos bolivianos, mas com o apoio do governo amazonense às reivindicações, apoio demonstrado com o envio de Luís Galvez para se juntar aos revoltosos. Foi através desse encontro, de Luís Galvez com os seringueiros, que surgiu a solução ao impasse da região, sem o apoio do governo federal decidiu-se então pela criação do “Estado Independente do Acre”, governado durante oito meses pelo próprio Galvez, que teve uma curta duração devido a iniciativa do governo brasileiro de prender Galvez e devolver o território à Bolívia. (NEVES, [21-])

Após uma série de conflitos, em 1903, foi oficializado a incorporação ao território brasileiro uma extensão de terra de quase 200 mil km², entregue a 60 mil seringueiros e famílias para continuarem a exercer suas atividades extrativas da borracha. O Tratado de Petrópolis foi o documento pelo qual os governos do Brasil e Bolívia chegaram a um acordo, oficializando a posse desse território ao Brasil. (ACRE, 2006)

Em entrevista a Carlos Cariacás, Francisco Pinheiro de Assim ressalta que além da incorporação pelo Brasil dessa porção de terras que pertencia ao território boliviano, houve uma outra porção incorporada ao território nacional, no ano de 1909, completando a integração política do Acre ao Brasil, através do Tratado do Rio de Janeiro. Tratado esse firmado com os governos do Brasil, através do Ministro de Relações Exteriores da época (Barão do Rio Branco) e do Peru.

Apesar de ter sido oficializado como parte do território nacional, a região do Acre inicialmente não possuía o caráter de um Estado Federativo, não podendo arrecadar impostos dependia de repasses do governo federal. O que não contentava os acreanos devido a

ineficiência dos serviços públicos, agravados pelo distanciamento, o que resultou então numa nova bandeira de luta, a autonomia política do Acre. (ACRE, 2006)

4.1.3 Luta com os mesmos

O governo brasileiro decide então, no início de 1904, classificar o Acre como território federal, o primeiro da história do país, contrariando assim tanto as expectativas dos acreanos quanto dos amazonenses. Os acreanos, após arriscarem suas vidas durante anos em na disputa pela posse das terras, se julgavam no direito de transformar o território conquistado em mais um estado da federação brasileira, com o qual poderiam então usufruir de direitos básicos como qualquer outro cidadão brasileiro. Já os amazonenses acreditavam que o mais justo seria o território ser incorporado ao seu estado, sendo que eles foram os únicos que apoiaram as lutas ocorridas desde o seu início, tendo uma forte influência no sucesso das reivindicações. (NEVES, [21-])

Como justificativa para a adesão da região como um território federal, o governo brasileiro alegou a necessidade de arrecadação de capital para custear a indenização prevista no Tratado de Petrópolis assim como recuperar o dinheiro investido para afastar os grupos capitalistas europeus e norte-americanos da região. O resultado disso foi que a sociedade acreana não tinha direito a uma constituição própria e passou a ficar sob tutela do estado, não podendo realizar arrecadação de impostos, tudo era de direito da união. O estado ficava então dependente de repasses orçamentários da união, que eram sempre inferiores às reais necessidades locais, o que causou um descontentamento daqueles que lá viviam e resultou no surgimento de organizações que defendiam a criação de um estado autônomo. (NEVES, [21-])

O surgimento dessas organizações era sinal de um profundo descontentamento de como o governo federal lidava com os acreanos. Os repasses da união para a região eram sempre muito inferiores às quantias arrecadadas, deixando seus habitantes sem ter as suas necessidades básicas atendidas, como saúde e educação, por exemplo. O isolamento geográfico em conjunto com a falta de compromisso com os representantes estatais agravavam a situação da região, fortalecendo assim as bandeiras de luta por um estado autônomo. (NEVES, [21-])

Houve então na região uma série de revoltas autonomistas, todas controladas pelo governo federal. A situação da região, nos anos 20, começou a se agravar ainda mais devido a

concorrência internacional pela produção da borracha realizada por europeus na Ásia, produção que teve seu início a partir de sementes contrabandeadas da própria região. Como toda a arrecadação ocorrida durante décadas foi recolhida pelo governo federal e como não mais conseguiam escoar a borracha como antes, a sociedade acreana se vê num impasse. Como resposta à crise, inicia-se então uma nova dinâmica social ao longo dos rios acreanos a partir de práticas visando uma agricultura de subsistência e diversificação da produção, para diminuir a dependência de produtos externos. Começam então nessa época as primeiras experiências de manejos florestais acreanos. (NEVES, [21-])

Nos anos 40, durante a Segunda Guerra Mundial, devido a demanda de borracha no mercado internacional ocorreu a chamada “Batalha da Borracha”, época em que milhares de novos habitantes foram levados ao Acre, causando mais uma época de adensamento populacional da região. Mas essa demanda, e a consequente alta na comercialização da borracha, não foi suficiente para melhorar a situação da região. Os acreanos continuam lutando através de organizações pela autonomia da região e, somente após décadas de lutas, conseguem elevar o território à categoria de estado no ano de 1962. Pela primeira vez os acreanos conseguiriam exercer seus direitos de cidadãos brasileiros.

4.1.4 A luta com os novos

A sociedade acreana, em 1962, entra em um momento inédito em sua história. Após a luta pela anexação do território ao país, seguida de décadas de luta pela autonomia do estado, o governo federal decreta a elevação do até então território federal para estado federativo da união. Pela primeira vez a sociedade acreana têm a experiência de um estado democrático e logo na primeira eleição a governador mostram seus anseios elegendo um acreano nato para o cargo. Essa nova situação do estado, por décadas reivindicada pela população, dura pouco tempo. Apenas 2 anos após o Brasil sofre um duro golpe militar, o qual obriga a sociedade acreana ser governada por pessoas indicadas pelo governo federal por mais um longo período de tempo, até o ano de 1982. (NEVES, [21-])

As consequências para o povo acreano, assim como para todos povos da região amazônica, acabam sendo desastrosas. Os planos do governo federal, sob commando dos militares, para amazônia é de realizar o “progresso econômico” da região, sem levar em conta as diferenças deste território em relação ao resto do Brasil. Acabou-se por incentivar, sob a idéia de “integrar para não entregar”, atividades que não são compatíveis com as

características naturais do local e principalmente com os anseios da população amazônica. Foram estimulados pelo governo grandes projetos mineradores, madeiros e agropecuários, sob a desculpa de estabelecer na região a soberania brasileira. (NEVES, [21-])

Os projetos levados pelo governo acabam por beneficiar muito mais pessoas de outras regiões do Brasil, que viram como uma oportunidade de aumentar suas posses comprando terras por preços muito baixos para após a destruição da floresta implementar produções agropecuárias, do que para os locais (ribeirinhos, indígenas, seringueiros, etc) que tiveram as suas terras invadidas por empresários vindos do “sul” do país. As populações tradicionais da região sofreram com a chegada dessas novas pessoas ao estado, fazendeiros que eram acompanhados por jagunços armados forçaram a expulsão dos nativos de onde sempre fizeram o seu viver. Muitos foram forçados a abandonar as suas terras devido as invasões, não recebendo nenhum amparo do governo brasileiro, e viram como única alternativa fugir para as periferias da cidade, uma realidade completamente estranha para aqueles que sempre viveram no meio da densa floresta amazônica. (NEVES, [21-])

Começa então um novo período de luta para os povos que viviam nas florestas, em resposta às invasões de suas terras. As populações tradicionais do Acre começam a se articular em organizações para efetuar uma resistência ao que estava ocorrendo, com esse objetivo os primeiros sindicatos dos trabalhadores rurais começam a ser criados.

Pressionados pelas constantes invasões, os povos que habitavam as florestas tiveram que desenvolver estratégias de resistência para a proteção e manutenção das terras onde viviam. A primeira vez que alguns seringueiros conseguiram impedir a derrubada da floresta ocorreu no seringal Carmen, quando constataram a presença de jagunços armados dentro das colocações dos seringais prontos para a derrubada, em resposta os seringueiros daquela localidade tiveram então o impulso de se armarem e irem de encontro com os jagunços. Na ocasião conseguiram impedir a devastação da área e após uma séria de acordos conseguiram não ser expulsos das terras, forçando o fazendeiro a ceder lotes para as famílias tradicionais. Essa atitude dos seringueiros, de resistir no corpo a corpo com os peões dos fazendeiros, ficou conhecida como “empate”, e após algumas iniciativas darem certo acabou sendo a estratégia de resistência pacífica das populações tradicionais em defesa de suas terras. (SANDRI, [21-])

Concomitante à formação dos sindicatos de trabalhadores rurais e os consequentes “empates” ocorreu a primeira Ajudância da FUNAI no estado, o que possibilitou o processo de demarcação e regularização das terras indígenas acreanas. (NEVES, [21-])

As lutas entre os fazendeiros invasores e os nativos que resistiam se estenderam durante anos e acabaram sendo cada vez mais intensas e perigosas. Muitas mortes ocorreram, dentre as quais as mais conhecidas foram a de Winson Pinheiro e a de Chico Mendes, ambos ativistas no Acre. Chico Mendes já era mundialmente conhecido pela sua luta em defesa da floresta e de seus povos, a sua morte acabou gerando uma pressão sobre os organismos de financiamento internacional que foram forçados a rever os mecanismos de investimento na região amazônica. (NEVES, [21-])

4.1.5 Novas lutas

Após os anos sob regime autoritário, época que resultou do golpe militar, o estado do Acre volta a ser teoricamente um estado federativo democrático, na década de 80. Após os primeiros governos estaduais manterem o apoio às oligarquias em detrimento às populações tradicionais, entra em cena no final da década de 90 o autodenominado “Governo da Floresta” que, em seu discurso usando o neologismo “florestania”, apresenta idéias aparentemente em sintonia à população acreana. A preocupação ambiental entra em evidência e acaba sendo assimilada pelo governo estadual, sinalizando então a necessidade de um novo campo de luta e de resistência para a população acreana.

4.2 - Análise do governo estadual e seu discurso de florestania

4.2.1 Surgimento do discurso ambiental no acre

As lutas sociais intensificadas a partir da década de 1970, como reação às políticas de desenvolvimento implementadas por sucessivos governos estaduais e federais, provocaram o surgimento do movimento de seringueiros que, na busca de evitar a derrubada da floresta, contou com muitos aliados e aspectos conjunturais favoráveis, conforme analisa Horácio Antunes Sant’Ana Junior.

Essas políticas de desenvolvimento, contra as quais os movimentos sociais emergiram, entram em cena na tentativa do governo de reverter o quadro de penúria em que se encontrava o estado na metade do Século XX, conforme discutido anteriormente. A orientação das

autoridades públicas passou a ser no incentivo da atividade pecuária, o que acabou gerando um forte processo de desestabilização social.

Essa desestabilização ocorreu porque ao incentivar a atividade agropecuária na região, o governo acabou indiretamente ajudando com que imediatamente a maioria dos seringais nativos se desativassem e fazendo com que boa parte dos seringueiros levassem suas famílias para o ambiente estranho das periferias das cidades. Para se ter uma idéia do quanto o novo modelo desenvolvimentista e sua consequente forma de ocupação afetou o Estado, com o intuito de instalar fazendas de gado, explorar recursos madeiros ou por pura especulação imobiliária, entre 1970 e 1974, cinco milhões de hectares, o equivalente a um terço das terras acreanas, foram vendidas para empresas e pessoas do Centro-Sul do país. (PINHEIRO, 2010)

Com a chegada dos fazendeiros do centro-sul, foram se misturando novos e antigos donos da terra e conflitos não tardaram a acontecer. Os fazendeiros contavam com a conivência do Estado e também de jagunços armados para ocupar as terras, já os seringueiros se utilizavam dos empates, já citados anteriormente, para evitar a derrubada da floresta. (PINHEIRO, 2010)

Conforme Mary Allegretti analisa e expõe, na verdade os primeiros empates foram lutas pelo direito de posse da terra, e só posteriormente que lutaram para impedir o desmatamento, pois perceberam que a mata era essencial para garantir o seu modo de vida. (SANDRI, [21-])

O próprio Chico Mendes, seringueiro mundialmente conhecido por sua resistência contra as invasões de terras acreanas, reconheceu que só com o tempo que eles perceberam que o importante não era fazer nenhum tipo de acordo com os fazendeiros, o que os faria se transformarem em colonos, mas sim impedir a derrubada da floresta (SANDRI, [21-])

Os seringueiros então passaram, a partir de meados dos anos 80, a incorporar o discurso ambientalista em sua resistência, justificando assim as suas lutas e usando o discurso como um importante instrumento para que seus anseios reverberassem para além do território do Acre. Firmaram então alianças políticas mais amplas articulando seus interesses particulares e locais, de características universais, com mobilizações globais (SANT'ANA JUNIOR, 2006).

4.2.2 Assimilação do discurso ambiental pela frente popular do acre

Os desdobramentos dos conflitos no campo, que marcaram a região a partir da década de 70, acentuava a instabilidade e a falta de legitimidade dos que estavam à frente do poder. O que poderia ser notado analisando os tumultuados governos de Edmundo Pinto (1991-1992), Romildo Magalhães (1992-1994) e Orleir Camely (1995-1998). Aqueles que estavam no poder estadual já não conseguiam garantir os interesses das oligarquias, os velhos caciques da política acreana estavam desgastados. (SOUZA, 2010)

No final dos anos de 1980, então, o desenvolvimento sustentável é ingrediente indispensável nos discursos e projetos dos partidos de esquerda no Acre. As lideranças desses partidos políticos percebem a necessidade de aproximação com a história de lutas dos seringueiros, entendendo que muito mais do que uma estratégia de apoio à preservação da floresta, trata-se de uma luta política e ideológica. (PINHEIRO, 2010)

Segundo Guimarães Junior (2008), após as eleições de 1996 o PT constatou que a composição sociocultural da população era bastante diversificada e que os apelos discursivos, a depender da região, tinham boa receptividade, ou não. Procurou-se então constituir alianças com as elites econômicas das diversas regiões para garantir o apoio político (votos) e financeiro.

Foi exatamente a isso que se dedicou o candidato ao governo Jorge Viana, conseguiu aglutinar na Frente Popular do Acre (FPA) uma coalizão de doze partidos. Isso, ao percorrer todos os municípios do estado e articulando alianças com diversos setores e comunidades. (GUIMARÃES JUNIOR, 2008)

Surge então uma frente partidária chamada de Frente Popular do Acre (FPA), que era composta pelos partidos (PT, PSDB, PC do B, PMN, PL, PDT, PPS, PV, PTB, PT do B, PSB e PSL), e que lançou nas eleições de 1998 as candidaturas do engenheiro florestal Jorge Viana (PT) e de Edson Simões Cadaxo (PSDB) para Governador e Vice-Governador, respectivamente. (SANT'ANA JUNIOR, 2006)

Vale registrar que nesse momento o partido representa, tanto no âmbito da disputa política quanto da expressão cultural, o ponto de convergência de uma identidade apoiada nas lutas e nas conquistas em curso, atuando como uma espécie de catalisador das demandas do campo e da cidade. (GUIMARÃES JUNIOR, 2008)

A FPA aparece com uma discurso altamente simpático, no qual a floresta, antes desprestigiada e ridicularizada pelas sociedades urbanas, é transformada em símbolo de uma revolução. Jorge Viana empreende ações que o identifiquem como o legítimo sucessor de

Chico Mendes, transformando a FPA, e seu futuro governo, como o fio condutor que pretende transformar o Acre num exemplo de desenvolvimento sustentável a ser seguido pelos povos do planeta. (PINHEIRO, 2009)

A Frente Popular contou com o apoio de parte significativa dos movimentos sindicais, populares e ambientais atuantes no Acre, apresentando-se como a possibilidade de implementação de propostas e políticas alternativas que pretendem articular critérios ambientais e medidas de crescimento econômico para o Estado, combinados no conceito de desenvolvimento sustentável. (SOUZA, 2010)

Aquele era, portanto, um cenário marcado por certo enfraquecimento “dos de cima” e certo fortalecimento “dos de baixo”. Bem articulada no âmbito da sociedade civil e representando aos olhos dos subalternos um projeto qualitativamente diferente e superior aos outros, a “Frente” pôde avançar. Foi no recuo das ondas de outra coloração que a “onda vermelha” avançou. (SOUZA, 2010)

A incapacidade do poder público de administrar as questões relacionadas à causa ecológica e aos seus desdobramentos políticos e sociais virou pauta principal nos debates e discussões realizados por participantes de instituições estatais, movimentos sociais e organizações não governamentais. O resultado desses debates e discussões sugere que não era assunto para ser resolvido unicamente pelo Estado, mas, isso sim, a partir de uma intensa participação popular. E é nesse exato momento que o discurso de preservação ambiental torna-se extremamente atrativo no que diz respeito à vinculação com o aspecto político. A preservação dos recursos naturais amazônicos e dos chamados povos da floresta entra na ordem do dia. A Frente Popular do Acre percebe que esses movimentos extrapolam a questão eleitoral, traduzindo-se numa luta de defesa da vida e de novas formas de sociabilidade. Estava pronto o cenário para a ascensão da esquerda no Acre. (PINHEIRO, 2010)

4.2.3 O neologismo ‘florestania’

Graças à enorme coalizão de partidos, com matrizes ideológicas as mais diferentes (e divergentes, em alguns casos), Viana consegue vencer a eleição já no primeiro turno. O ‘novo momento’ é significado como a afirmação política da identidade simbolizada na figura das populações tradicionais: índios, seringueiros, ribeirinhos, colonos, ao mesmo tempo que se propunha restituir às camadas urbanas um certo orgulho de pertencimento à história do lugar. (GUIMARÃES JUNIOR, 2008)

A FPA chega então ao governo do estado em 1999 com o discurso da Florestania, um neologismo que junta num mesmo vocábulo os termos ‘floresta’ e ‘cidadania’. Florestania, de acordo com os seus ideólogos, todos militantes do Partido dos Trabalhadores, foi uma forma encontrada para massificar uma idéia de um governo voltado para a exploração sustentável dos recursos florestais, bem como de proporcionar bem-estar às pessoas que nasceram, cresceram e vivem até hoje no meio da floresta, usando os benefícios desta para sobreviver. Uma espécie de pacto natural, baseado no equilíbrio das ações e relações entre homens e ambiente. (PINHEIRO, 2009)

Junto com o neologismo ‘Florestania’, após a entrada no poder da FPA, a população acreana passa a ser assaltada por uma série de novas expressões que remetem ao chamado ‘desenvolvimento sustentável’. Nas propagandas das mídias oficiais e ‘não oficiais’ passa a ser recorrente o uso de expressões como: ‘Governo da Floresta’, “sustentabilidade”, “qualidade de vida”, “proteção das florestas”, “conservação da natureza”, “valorização das culturas dos povos da floresta”, “democracia participativa”, “boa governança”, “empoderamento”, “ciência e tecnologia” e “mercado da natureza”. Todas com um campo de significados na direção de uma aura de magia, satisfação e idéia de progresso e bem-estar. (VERAS DE SOUZA, 2008)

O governo estadual, do Partido dos Trabalhadores, passa então a se autodenominar de ‘Governo da Floresta’, cujo discurso passa a ser de que a preservação da floresta, associada à manutenção dos seus habitantes no seu local de origem e a melhoria de qualidade de vida desses é o eixo fundamental de sua ação, cujo um dos vértices é justamente a elevação da auto-estima dos membros dessa população. (PINHEIRO, 2009)

O conceito de desenvolvimento sustentável já vinha sendo amplamente difundida desde a Conferência Mundial do Meio Ambiente no Rio de Janeiro, em 1992, porém apesar de cada vez mais difundido ainda se tratava de um conceito pouco preciso. Conforme Sant’ana Junior (2003) analisa, o governo ao colocar como eixo central de sua proposta o desenvolvimento sustentável, e por se tratar de um conceito pouco preciso, deve buscar uma explicação de qual dimensão está sendo adotada. Em entrevista concedida ao antropólogo Horácio Antunes de Sant’ana Junior, o então Assessor para Assuntos Políticos e Institucionais do Estado, Franciso Afonso Neponuceno, discorre sobre o modelo de desenvolvimento a ser implantado pelo Governo do Estado:

... o modelo de desenvolvimento do governo atual pode ser afirmado mais por aquilo que ele não é do que pelo que pode vir a ser. No Governo existe

consenso quanto ao que não é o modelo e divergências quanto ao que é. Ele não é predatório; não tem a idéia da floresta como empecilho, mas como progresso (progresso entendido não como fruto do desenvolvimento, visão típica do século XIX); deve ter visão ecológica do mundo, de equilíbrio do mundo. E um modelo que está em gestação. Sabe que não quer floresta devastada, seringueiro habitando a zona urbana, prefeituras sem condições de enfrentar demandas sociais acarretadas pela vinda em massa de seringueiros. A ausência de sistematizações ou de experiências concretas governamentais de esquerda, na Amazônia, deixou o Governo sem referência concreta de como trabalhar políticas públicas voltadas para a visão utópica do grupo que o compõe... Assim, não existe uma coisa acabada, o que permite a incorporação de novos ensinamentos e criatividade.

(SANT'ANA JUNIOR, 2003)

Antonio Alves, então Secretário de Cultura do Estado do Acre, foi um dos que ajudaram na elaboração do neologismo de 'Florestania'. Quando se discutia a respeito do projeto de desenvolvimento que estava sendo implantado no Acre, Antonio Alves é o que apresentava uma concepção um pouco mais elaborada. Segundo ele o projeto apresenta um confronto direto com a visão antropocêntrica típica do pensar ocidental. Com uma visão resultante de aprendizado com os povos da floresta a sua concepção supõe a inversão da noção de controle racional da natureza, da significação imaginária da modernidade, que deve ser substituída pelas noções de convivência e respeito. (SANT'ANA JUNIOR, 2006)

Antonio Alves chega a definir então, também em uma entrevista concedida a Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior no ano 2000, qual seria o projeto do governo no seu entendimento:

Em primeiro lugar, reconhecimento da primazia indígena, existem povos que estão aqui e que conhecem a nossa região e cuja ciência deve ser respeitada. Esse é o ponto um. Mas, antes dele, tem um ponto zero. É o de que o antropocentrismo deve ser superado, o homem é parte da natureza, ele não é dono da natureza, ele não é toda a natureza, ele é uma parte dela... Todos os habitantes do planeta têm direito de viver e têm que ser ouvidos e têm que ser escutados... Esse novo contrato natural, é assim que está sendo chamado por aí afora, que transcende e abarca o contrato social, é o ponto zero, o ponto primordial do nosso pensamento... o ponto um seria a primazia dos povos

indígenas e a validade de seu conhecimento e da sua cultura. O ponto dois seria talvez o reconhecimento dos direitos das populações... que tradicionalmente passaram a habitar essa região: seringueiros, ribeirinhos, extrativistas de uma maneira geral, que são os povos da floresta... Estes povos existem e podem e devem existir da maneira que eles quiserem existir. Então, esse ponto dos direitos de cidadania, ou melhor, dos direitos de florestania, esse é essencial. Agora, aí no diálogo com a civilização, a gente vai construindo alguns consensos. Um deles é sustentabilidade, serve para o planeta inteiro e serve para nós... (SANT'ANA JUNIOR, 2006)

O projeto de desenvolvimento sustentável proposto pela FPA se assentaria então em 5 dimensões de sustentabilidade, Antonio Alves explica essas dimensões na mesma entrevista citada acima:

*...sustentabilidade ambiental, óbvio; sustentabilidade econômica, para que a gente possa viver; sustentabilidade social, porque não adianta ser um projeto ecologicamente sustentável, economicamente viável, mas que expulsa populações e manda elas serem periféricas nas cidades, portanto, criando um risco social que vai acabar até com a viabilidade econômica e ambiental, então, é necessário que seja sustentável socialmente também, distribua renda, acabe com a miséria, promova dignidade das pessoas; mas só que é necessário, para que isso aconteça, que o projeto seja politicamente sustentável, que todo mundo participe, que ele seja um projeto não de um governo mas de um povo inteiro... Não menos importante, sustentabilidade cultural... O nosso **check list** das sustentabilidades, ao levar em conta a sustentabilidade cultural, está querendo dizer o seguinte: nós temos identidade, esta identidade é produto de uma longa caminhada da humanidade, ela não pode ser desprezada, ela não pode ser desconhecida, ela é fruto de muito sofrimento. Cada uma das nossas cicatrizes tem que ser respeitada, cada uma das línguas que nós falamos aqui tem que ser preservada, cada um dos hábitos, dos costumes, do tipo de comportamento tem que ser considerado porque isso aqui foi a nossa sobrevivência, nós sobrevivemos assim. (SANT'ANA JUNIOR, 2006)*

4.2.4 Primeiras medidas do governo da floresta

Nos primeiros anos de mandato da FPA, após a eleição de 1998, o governo criou o neologismo florestania sinalizando um maior compromisso com a preservação da floresta e uma conseqüente melhoria de qualidade de vida aos povos que nela habitam. Passou também a adotar o slogan de Governo da Floresta, como explica Antonio Alves “*Governo da Floresta é símbolo de que esse núcleo dos herdeiros da luta dos povos da floresta é o núcleo de maior densidade no interior desse Governo*” (SANT’ANA JUNIOR, 2003)

Visando dar um sinal do comprometimento com o discurso apresentado, o governo criou no seu organograma a Secretaria Executiva de Floresta e Extrativismo. A criação desta secretária foi realizada como um dos instrumentos para garantir a desejada mudança no vetor do desenvolvimento do Estado, agora voltado para a exploração racional dos recursos naturais. (SANT’ANA JUNIOR, 2006)

O Prof. Angelim analisando as motivações para reestruturação do organograma, em entrevista para o antropólogo Horácio Antunes Sant’ana Junior em 2000, argumenta que:

O Governo parte do diagnóstico de que o modelo de desenvolvimento anterior levou a perda de milhões de dólares na exportação de madeira em toras e de que a falta de incentivo levou a queda assustadora da produção de borracha, provocando êxodo das florestas, com as famílias de seringueiros vindo para as periferias das cidades, provocando marginalização, prostituição e alcoolismo de seus membros e o aumento da violência urbana. Ao assumir, o Governo provocou um rearranjo da estrutura organizacional do Estado, criou a Secretaria de Florestas e Extrativismo, voltada exclusivamente para o setor extrativista... A Secretaria de Extrativismo não é a mais importante, mas tem a função de resgatar o extrativismo, que faz parte da história do Acre, implantando a florestania. (ANGELIM apud SANT’ANA JUNIOR, 2006)

O Governo definiu também ser necessário obter um diagnóstico e análise aprofundados da situação social, econômica, ambiental e biológica do Acre, que nortearassem o planejamento e a execução de políticas públicas. Para isso estabeleceu como uma das prioridades do início do governo a elaboração do Zoneamento Ecológico Econômico, previsto desde 1990 pelo Decreto Presidencial nº99.540. (SANT’ANA JUNIOR, 2003)

O que no início era reivindicação de alguns: índios, seringueiros, gente interessada em definir limites e proteger suas áreas. Depois virou consenso entre todos os setores, pois

ninguém mais agüentava a ausência de regras claras e definidas que orientassem os investimentos e atividades econômicas. (ACRE, 2007)

Instituído por meio do Decreto nº 503 de 06 de abril de 1999 o ZEE teve sua elaboração constituída de duas partes. A primeira fase foi chamada de ZEE-AC Fase I, ocorreu entre 1999 e 2000, quando foi elaborado um Diagnóstico do Estado do Acre e teve como resultado produtos cartográficos na escala de 1.000.000. A maior parte das informações do ZEE-AC Fase I foi baseada em estudos secundários, aproveitando e sistematizando estudos já realizados no Estado. (<http://www.agenciadenoticias.ac.gov.br/index.php/zee.html>, 17/08/2012) A primeira fase constituiu na publicação de três volumes. Posteriormente foi elaborado ZEE-AC Fase II, discutido posteriormente.

Uma outra medida tomada pelo governo logo no começo do mandato foi instituir uma lei de compensação por serviços ambientais (CSA) no tocante aos seringueiros. A Lei Chico Mendes, Lei Estadual nº 1.277/99, adotada representaria um prêmio aos serviços sócio-ambiental prestados para sociedades acreanas, nacional e global, na forma de um subsídio aos extrativistas da borracha. (GUSMÃO, 2003)

A Lei Chico Mendes, resultado de um Projeto de Lei enviado à Assembléia Legislativa em 13/01/1999, previa o pagamento de um subsídio de R\$0,60 (sessenta centavos) por quilo para a produção de borracha diretamente aos seringueiros, a serem repassados através de associações e cooperativas. A partir deste subsídio, segundo cálculos da Secretaria da Floresta e Extrativismo, visava-se aumentar o ganho do produtor direto; reativar a economia local e conseqüentemente a arrecadação de imposto; para então atingir a autosustentabilidade. (SANT'ANA JUNIOR, 2003)

Segundo Gusmão (2003), as CSA's constituem uma importante ferramenta para a geração de meios e serviços que se fazem necessários a uma sadia qualidade de vida, pois permite e incentiva a utilização da natureza de forma sustentável.

O sistema público de comunicação também recebeu uma atenção especial do novo governo do estado, o governo percebeu que esse era de vital importância para a construção e sedimentação da idéia de 'florestania'. (PINHEIRO, 2009)

Em entrevista feita por Francisco de Moura Pinheiro, em 2005, com o então Secretário de Comunicação do Estado do Acre, Aníbal Diniz, constata-se a atenção empreendida pelo governo ao sistema público de comunicação:

Quando a gente fez essa opção pela floresta, a gente identificou que precisava dar uma atenção muito especial ao meio radiofônico de comunicação. Isso

porque nós precisávamos levar às localidades mais distantes as informações alusivas ao Governo e também a multiplicação desse conhecimento próprio dos povos da floresta. E essa preocupação se fez de cara quando a gente percebeu que a Rádio Difusora Acreana era o nosso principal veículo de comunicação, mas era um instrumento pouco potencializado. Quando nós assumimos o Governo a Rádio Difusora Acreana funcionava com um quilo de potência, o que é muito pouco para uma rádio AM que pretende chegar ao Estado todo. A gente fez, então, imediatamente, uma solicitação ao Ministério das Comunicações, elevando a capacidade da rádio para dez quilos de potência. Eu creio que essa foi uma das providências mais importantes tomadas naquele momento.

(PINHEIRO, 2009)

Ainda no intuito de intensificar a comunicação estatal com a população acreana, o governo criou seis emissoras educativas, sediadas em seis cidades distintas, todas denominadas de Rádio Aldeia. Todas essas novas seis emissoras estatais transmitiam uma mesma programação gerada na capital. Com o mesmo propósito das emissoras do sistema radiofônico, o governo criou uma série de emissoras de televisão espalhadas pelo estado retransmitindo a programação da emissora da capital denominada de TV Aldeia. (PINHEIRO, 2010)

E além do sistema de rádio e televisão públicos, o Governo distribuiu quotas de verba publicitária para todas as outras emissoras de televisão sediadas no Estado, bem como para os quatro jornais diários: O Rio Branco, A Gazeta, A Tribuna e Página 20. (PINHEIRO, 2010)

Ao analisar a idéia motriz do autodenominado Governo da Floresta, o Governo do PT, de elevar o orgulho dos nativos e a respectiva sensação de pertencimento mútuo entre os acreanos e seu espaço territorial, associada a subseqüente ampliação da capacidade dos veículos de comunicação oficiais, Pinheiro (2009) constata essa relação nas palavras de Aníbal Diniz, então Secretário de Comunicação do Estado, conforme entrevista concedida ao mesmo no ano de 2005:

Nós construímos um sistema de radiodifusão e televisão públicas no Acre, realmente, a serviço da idéia da florestania. A gente construiu essa rede com esse foco. Era preciso fazer isso. Inclusive porque havia uma mentalidade muito arraigada de que a cultura da floresta não era cultura. Aliás, se falava

muito por aqui que cultura são somente as manifestações artísticas ou o conhecimento adquirido na academia. E os veículos de comunicação que estão hoje a serviço do Governo da Floresta têm sido instigados a trabalhar fortemente com a idéia de que a cultura é tudo aquilo que faz parte do modo de vida, do modo de agir diante de situações de um determinado povo. A gente tem procurado fazer com que o caldo de cultura que perpassa o povo acreano seja visto como a cultura da florestania. E a gente tem colocado, sim, os nossos veículos de comunicação a serviço dessa idéia. Educação, comunicação e cultura a serviço da florestania.

(PINHEIRO, 2005)

4.2.5 Sustentabilistas e desenvolvimentistas

Ainda nos primeiros anos de mandato da FPA no Governo do Estado, Sant'ana Junior (2003) constatou que a despeito de certa unanimidade em torno do desenvolvimento sustentável como meta da ação governamental, dentro do Governo distingue-se dois grupos com posições distintas. Essas duas posições distintas são chamadas de um lado de 'sustentabilistas' e de outro de 'desenvolvimentistas'

Diante então dessa constatação Sant'ana Junior realiza uma série de entrevistas com os membros do Governo buscando uma compreensão maior dessa divisão, reconhece que embora todos os membros reconheçam a existência desses distintos grupos dentro do Governo, diferentes nuances de interpretação quanto ao caráter dessa divisão são apresentados.

Célia Pedrina, Chefe de gabinete do Instituto de Meio Ambiente do Acre em 2000, apresentou, em uma entrevista, a polêmica da seguinte forma:

Dentro do Governo, existem os desenvolvimentistas. Não há unanimidade com relação à questão ambiental e existem secretários que acham que a ação do Governo deveria passar somente pelo desenvolvimento. Até quando defendem o desenvolvimento sustentável, é só com relação à questão econômica. Hoje, desenvolvimento sustentável não significa mais desenvolvimento ambiental, privilegiando a ecologia, a preservação, manejo. Para os desenvolvimentistas, a sustentabilidade do desenvolvimento tem uma conotação mais forte, com

criação de indústrias, empresas... existem os sustentabilistas (que submetem a produção de riqueza ao manejo sustentável e preservação) e os desenvolvimentistas (que partem do capital pelo capital e vêem a Amazônia como uma grande riqueza de cifras, as águas e os produtos florestais são transformados em cifras), que brigam para ver qual é o grupo que é o dono do domínio da melhor definição de sustentável. O grande embate que se dá, hoje, é o que quer dizer esse sustentável, se é sustentável econômico, em cifras, ou é sustentável economicamente viável, com manejo e conservação.

(SANT'ANA JUNIOR, 2006)

Antonio Alves, também entrevistado por Sant'ana Junior em 2000, ao analisar a divisão interna do Governo em dois grupos, chega a dizer sobre uma 'esquizofrenia' do Governo. Verifica-se também em seu discurso como os projetos chegam a ficar paralisados por essa divisão interna, como pode-se notar neste fragmento da entrevista:

Acho que podem ser considerados sustentabilistas e desenvolvimentistas. Mas, acho que o Governo, talvez agora, esteja começando a dar os primeiros passos para superar a sua esquizofrenia. Porque essa divisão permaneceu durante a fase inicial do Governo... Eu acho que nós temos uma... metade é Descartes e a outra metade é Pascal, metade de nós é materialista a outra metade é espiritualista, metade é engenheiro a outra metade é artista. Então, a gente tem, muitas vezes, sido paralisado, até, por essa divisão interna. Porque isso atrasa muito na hora de definir o que queremos. Na hora de fazer um projeto, quando sentam duas pessoas de orientação diferente, a briga é muito grande até que se chegue a um consenso sobre o que se deve ser colocado no projeto. Porque um acha que o dinheiro deve ser usado para ser financiado o asfalto e o outro acha que o dinheiro deve ser usado para ser financiado o barco.

(SANT'ANA JUNIOR, 2006)

Essa dicotomia apresentada, onde se é Pascal ou então Descartes, não representam a realidade para alguns membros do Governo. Uma segmentação maior e mais diversificada representariam melhor, para esses, as distintas posições existentes que variam de forma matizada entre extremos. (SANT'ANA JUNIOR, 2003)

Nessa análise que foge da dicotomia anterior temos as palavras do Professor Binho Marques que, em entrevista realizada por Horácio Antunes Sant'ana Junior em 2000, discorre sobre as posições dos integrantes do Governo e de como o projeto governamental estava em formação:

A divisão entre sustentabilistas e desenvolvimentistas existe em um grau muito positivo. O que sei, hoje, aprendi com pessoas muito diferentes: com Toinho, que pode ser colocado num extremo da divisão, ou com Gilberto Siqueira, que é o outro extremo, ou com Mary Allegretti, que não se assemelha com nenhum dos dois, ou com o Governador que não se assemelha com nenhum dos três. A diversidade do Governo é muito produtiva, pois está baseada em relações muito fraternas, sem má fé, mas com grandes diferenças. Por isso, não existe um projeto consensual, existe um projeto em formação, um sonho comum para o Toinho, para o Gilberto, para a Mary e para o Jorge.

(SANT'ANA JUNIOR, 2003)

4.2.6 Reeleição da FPA por três mandatos

No ano de 2002 a FPA, ainda com Jorge Viana à frente, concorre à reeleição em uma tumultuada eleição, na qual a candidatura de Jorge Viana sofre um pedido de impugnação alegando o abuso de poder econômico e da estrutura administrativa do Estado. O TRE acolhe a denúncia e aprova a impugnação por cinco votos a um, o que causou um acirramento no ânimo dos militantes do partido e de boa parte da população, que saem às ruas reivindicando contra o ato do tribunal. (GUIMARÃES JUNIOR, 2008)

Após o amplo apoio da população, um recurso do TRE anula a decisão do tribunal garantindo a Jorge Viana a validade de sua candidatura. A oposição assiste a sua estratégia indo contra os próprios interesses, após a dramatização pública realizada pela FPA e amplamente repercutida pela mídia, conferindo então uma visibilidade midiática positiva para a FPA, que conquista o apoio até mesmo daqueles setores que inicialmente apenas observam a movimentação rotineira de ano eleitoral. A FPA acaba ganhando as eleições no primeiro turno, com mais de 60 por cento dos votos. (GUIMARÃES JUNIOR, 2008)

No ano de 2006, com as novas eleições estaduais, a FPA apresenta como seu candidato Arnóbio Marques de Almeida Júnior, conhecido como Binho Marques. No primeiro mandato de Jorge Viana, Binho atuava como Secretário Estadual de educação do Governo do Acre (1999- 2002) e no segundo mandato de governador de Jorge, Binho atuou como Vice-Governador do Acre, acumulando as funções de Secretário de Estado da Educação e Secretário de Desenvolvimento Humano e Inclusão Social (2003-2006).

Em uma entrevista para o site “Política para Políticos” sobre sua candidatura, Binho Marques apresenta como prioridades de governo dar continuidade ao que Jorge Viana iniciou em seu primeiro mandato, assumindo os desafios novos que foram surgindo com o aprofundamento da experiência que o estado vêm desenvolvendo. Binho Marques acaba sendo eleito no primeiro turno, com aproximadamente 53 por cento dos votos.

Binho Marques em seu discurso de posse como governador do estado reconhece que alguns setores da vida social e economia avançaram mais que outros e que ainda há muita desigualdade no Estado, fome, desigualdade, violência e analfabetismo. Dá ao seu plano de governo o nome de “Desenvolvimento com Oportunidade para Todos”, faz um apelo ao “sonho de Chico Mendes” como seu próprio sonho para o Estado (procurando uma identificação com as lutas do seringueiro), diz que deve a Marina Silva sua consciência social e política, e que agora o desenvolvimento sustentável é uma possibilidade real.

Após os dois mandatos de Jorge Viana e um de Binho Marques, o novo candidato a governo do Estado pela FPA nas eleições de 2010 é Tião Viana, irmão de Jorge Viana, e ex-senador pelo estado do Acre.

Tião Viana consegue ser eleito governador do Acre, mas com uma vitória que deixa a sensação de susto ou derrota, pois os resultados das urnas apontam quase para um empate entre o candidato da FPA e Tião Bocalom do outro lado. O resultado das eleições que expressa um relativo equilíbrio entre a oposição e a situação, que diferem apenas na forma mas não no conteúdo, representa o enfraquecimento da FPA. O aumento de votos para a oposição mostram mais uma rejeição à FPA que um apoio à oposição, que está longe de construir uma alternativa democrática e popular, pois em ambos grupos existem intenções de manter domesticados ‘os de baixo’. (SOUZA, 2010)

O novo governador do Acre, Tião Viana, ao iniciar o mais longo governo estadual do PT no Brasil, terá como desafio conciliar as propostas de seu mandato com as bandeiras históricas do partido. Tendo como propostas a exportação de carne de gado e a possível exploração de petróleo no território acreano, já despertam atenção para aqueles que temem os eventuais impactos socioambientais. A possibilidade de explorar petróleo é mais provável no

Vale do Juruá, território de rica biodiversidade e povoada por ribeirinhos e indígenas, e como alertam ambientalistas poderia colocar em risco a população além de ir contra o movimento contemporâneo de orientar a economia para baixo carbono. As desconfianças se estendem para sua proposta de aumentar a exportação da pecuária.

(AGOSTINE, 2010)

4.3 - Pesquisa sobre quais são na atualidade as necessidades e aspirações dos ribeirinhos.

Os povos da floresta, no ano de 2007, realizam o “II Encontro Nacional dos Povos da Floresta”, reunião de onde resultou a “Declaração dos Povos da Floresta 2007”, documento onde apresentam algumas de suas preocupações da atualidade, assim como algumas de suas aspirações para o futuro.

No documento citado, “Declarações dos Povos da Floresta 2007”, as diversas populações tradicionais reafirmam o papel estratégico que desempenharam, e desempenham, na proteção das florestas, dos recursos naturais e da biodiversidade. Em oposição ao papel que exercem, discutem sobre o modelo civilizatório em curso no país, o qual consideram como predatório e ameaçador aos seus patrimônios culturais, assim como ao ambiental.

A partir da constatação da crise do modelo civilizatório da atualidade, enxergam então a necessidade de atitudes urgentes para criação de metas e estratégias para reverter o atual quadro. Para pensar as novas atitudes a serem tomadas julgam ser necessário pensarem junto com outros setores da sociedade um modelo alternativo de desenvolvimento ambientalmente sustentável e socialmente justo baseado em alguns princípios por eles elencados. Conforme segue abaixo:

- 1) *Que os povos indígenas e comunidades tradicionais sejam remunerados dignamente pelos serviços ambientais prestados ao Brasil e ao mundo por nossas regiões preservadas, diante um cenário de mudanças climáticas.*
- 2) *Que a biodiversidade e os produtos das florestas, rios, campos e manguezais sejam valorizados e apoiados em suas potencialidades.*
- 3) *Que sejam garantidas as condições de gestão e sustentabilidade das terras indígenas, reservas extrativistas e demais terras comunitárias.*
- 4) *Que sejam implantadas a educação ambiental no ensino formal, médio e*

superior e que sejam implementadas as políticas públicas de educação, saúde, justiça, assistência técnica e direito ao uso sustentável da terra, de forma adequada às nossas especificidades. (DECLARAÇÃO DOS POVOS DA FLORESTA, 2007)

Finalizam então o documento com as seguintes palavras:

Reafirmamos nossa vontade comum de fortalecermos esta aliança, respeitando as diferenças de nossa diversidade cultural e social, em torno de objetivos comuns para o futuro de todo o planeta. (DECLARAÇÃO DOS POVOS DA FLORESTA, 2007)

Talvez essas últimas palavras sejam as mais lúcidas e com diretrizes reais às medidas a serem tomadas. Ressaltam a necessidade de uma vontade comum para realizar alguma mudança e também de objetivos comuns para que a aliança se realize. Apenas com algo em comum é que a resistência acontece, algo em comum contra o que lutar para poder constituir uma nova realidade. Quanto à essa nova realidade a ser construída, não limitam suas preocupações às suas próprias vidas, mas sim “de todo o planeta”, expondo então a preocupação com outros povos, outras realidades. Apesar de ter aspectos comuns fazendo a união, ressaltam também a necessidade de respeitar as diferenças culturais e sociais, algo diferente do atual pensamento ocidental.

5. CONCLUSÃO

Após 3 reeleições, já estamos no quarto mandato da FPA no estado do Acre. O governo estadual continua com o mesmo discurso desde a sua primeira eleição, se autodenominando de “Governo da Floresta” e amplamente vinculando o discurso de “Florestania” para caracterizar o seu projeto de governo.

Como visto anteriormente, logo no começo do primeiro mandato da FPA algumas medidas foram efetuadas rapidamente para mostrar o compromisso do governo com o discurso apresentado em sua campanha, dentre essas medidas podemos citar: a criação da Secretaria Estadual de Floresta e Extrativismo, o Zoneamento Ecológico Econômico, a Lei Chico Mendes e o incremento do sistema estadual de comunicação oficial do governo. Uma análise de como estão essas primeiras medidas do governo na atualidade parece ser válido, portanto, seguem abaixo breves considerações feitas sobre o que resultou dessas medidas após anos de governo.

Como citado, o neologismo “florestania” ainda é usado pelo governo para caracterizar o seu projeto de governo, porém Antonio Alvez, um de seus idealizadores, ressalta que o termo acabou sendo reduzido apenas à dimensão do político, deixando de lado a riqueza de idéias contida no termo quando criado. Acabou tendo então, a florestania, um cunho colonizador e doutrinador perante os povos acreanos, se transformando somente no desenho de uma arvorezinha usada de logomarca pelo governo. (PINHEIRO, 2010)

A Secretaria Estadual de Floresta e Extrativismo, ao ser criada foi recebida como uma concreta oportunidade de fortalecer as demandas ambientais da população acreana e como uma ferramenta que poderia frear a expansão agropecuária do estado. Porém o mesmo governo que a criou, em fevereiro de 2012 acaba extinguindo a secretaria (a única do tipo do país). A medida foi tomada em uma época onde se procura em todo mundo aprofundar as discussões sobre as florestas, para se ter idéia as Organizações das Nações Unidas (ONU) elegeu o ano de 2011 o Ano Internacional das Florestas. Ao extinguir a secretária o governo estadual do Acre, vale a ressalva de que é o governo autodenominado “Governo da Floresta”, e delegar as florestas à mesma secretaria que regula as indústrias, o governo evidencia qual a dimensão que pretende aplicar às suas matas.

(RODRIGUES, 2012)

Outras etapas do Zoneamento Ecológico Econômico foram publicados, o ZEE-AC Fase II, segunda fase do zoneamento, foi elaborado no período de 2003 a 2006 com a

construção do Mapa de Gestão na escala de 1:250.000 e o cruzamento de informações dos eixos de Recursos Naturais, Socioeconomia e Cultural-Político. Expressou então uma visão estratégica do governo e da sociedade no planejamento regional e gestão do território acreano.

As informações foram sistematizadas em um Documento Síntese e, de forma mais detalhada, numa Coleção Temática, Cartas Geográficas, Mapas Temáticos e Cartogramas, e tendo como produto principal o Mapa de subsídios à Gestão Territorial. Outras publicações foram lançadas a partir do ZEE-AC Fase II.

(AGÊNCIAS DE NOTÍCIAS DO ACRE, ?)

Estudos específicos foram preparados por especialistas nos diversos temas e foram publicados, na íntegra, em uma série intitulada Coleção Temática do ZEE. Além dos documentos técnicos, o Guia do ZEE - Resumo Educativo, procura usar uma linguagem ainda mais acessível, tendo como público, principalmente, os estudantes universitários e secundaristas. Outros materiais educativos, também estão sendo difundido nas escolas, através da Mochila do Educador Ambiental, que contempla os jogos ambientais do ZEE-AC.

(AGÊNCIAS DE NOTÍCIAS DO ACRE, ?)

A Lei Chico Mendes, lei que propõe pagando por serviços ambientais aos seringueiros para assegurar a proteção dos recursos naturais. Ao estabelecer o subsídio para aqueles que protegem ou utilizam adequadamente as florestas, espera-se estimular alternativas de renda que não sejam produtos madeiros. Porém, o subsídio oferecido pela lei Chico Mendes, mesmo anos após ser criado, acaba ainda sendo um tanto quanto aquém da média proposta na literatura e do que é atualmente praticado em outros países. (MACIEL ET AL, 2010)

O sistema de comunicação estatal, fortalecido desde o início do primeiro mandato da FPA, com criações de transmissoras em várias regiões do estado, acabou seguindo a mesma distorção que o termo “florestania”. A comunicação estatal acabou por ofuscar a sabedoria dos povos da floresta, o contrário de sua intenção inicial, e servindo mais como um veículo doutrinador do governo para disseminar e convencer as pessoas com o seu projeto de governo. (PINHEIRO, 2010)

5.1. Considerações finais

Para uma maior compreensão do momento vivido atualmente pela sociedade acreana e seu governo estadual recorreremos então a alguns conceitos elaborados por Boaventura de Souza Santos e Michel Foucault.

Michel Foucault em sua aula de 17 de março de 1976, discorreu sobre uma nova forma de poder nos tempos modernos, diferentemente de um poder disciplinador que é aquele que exerce sua dominação em corpos vigiados, utilizados, treinados e eventualmente punidos, com finalidade de controlar a multiplicidade, efetuando uma certa massificação da população. Ao poder disciplinar, Foucault diz que é aquele que “deixa viver e faz morrer”, diferente da nova forma de poder que ele conceituou como “biopoder” que é aquele que “faz viver e deixa morrer”. Essa nova forma de dominação, o biopoder, exerce a sua dominação sobre a própria vida da população, estabelecendo como é que esses devem viver. Seria uma forma de poder que regulamenta a vida social por dentro, assimilando-a e a reformulando de acordo com interesses daqueles que desejam estabelecer uma doutrina, um domínio sobre a população.

Boaventura de Souza Santos, formulou o conceito “ecologia dos saberes”, algo similar com um dos papéis que Antonio Alvez enxergava ser da “florestania”. Através da “ecologia dos saberes” diferentes formas de saber poderiam dialogar entre eles sem um cunho doutrinador por nenhuma das partes. Diferentemente de como acontece no mundo ocidental, o qual coloca a ciência como uma verdade superior aos conhecimentos de comunidades tradicionais e outras formas de saber periféricos.

Boaventura (2007) também confronta a monocultura da ciência moderna com uma ecologia de saberes, na medida em que se funda no reconhecimento da pluralidade de conhecimentos heterogêneos (sendo um deles a ciência moderna) e em interações sustentáveis e dinâmicas entre eles sem comprometer sua autonomia. A ecologia de saberes se baseia na idéia de que o conhecimento é interconhecimento.

O “Governo da Floresta” possui uma potencialidade adormecida, teve seu mérito inicial ao reconhecer os povos da floresta e os seus modos de vida, porém teve sua evolução por um lado mais de regulação e doutrinação do que para um lado de fomentar a emancipação desses povos. Ao longo do tempo acabou por reduzir a multiplicidade desses ao estabelecer uma identidade em comum a todos eles.

O sistema de comunicação estatal teve seu papel preponderante nessa doutrinação dos povos, ao ampliar o sistema de comunicação a todo território do Acre e repetidamente divulgar e propagandear o projeto do governo estatal. O governo acabou usando a

comunicação como um sistema de controle, emitindo palavras de ordem, ao disseminar e sedimentar uma nova forma de pensar a vida acreana, um biopoder em exercício.

Concomitante a essa regulação da vida dos acreanos houve uma desconsideração quanto ao modo de pensar dos povos que habitam as florestas, o governo a partir da assimilação do discurso ambiental (e mercantilização desse discurso) disseminou um projeto que julgava ser o melhor para toda a população acreana, sem ao menos tentar resgatar as necessidades dos mesmos.

O que deveria ser feito nos tempos atuais é colocar esse multiculturalismo em evidência e fazer com que as diferenças reluzem entre diferentes povos. Para tanto, Boaventura de Souza Santos (2005) cunhou mais um conceito referente a diferentes saberes, a “sociologia das ausências”. A ‘sociologia das ausências’ vêm como uma ferramenta para fazer falar o “silêncio” daqueles que tiveram suas formas de saber destruídas pelas formas de saber hegemônicas, por exemplo pelas disseminadas pelo próprio governo do estado. Através da “sociologia das ausências” então é possível que se resgate essa voz calada, essa potencialidade que não pode ser desenvolvida.

Ao resgatar o silêncio produzido, e o reverberar, faremos que aqueles seres colonizados entrem no caminho de uma emancipação. Ainda segundo Boaventura (2005), essa emancipação deve vir em uma mudança da “ação conformista à ação rebelde”, e este seria o desafio da atualidade. Para realizar essa mudança deveria-se seguir ao menos três passos indicados pelo Boaventura, três caminhos que deveriam ser trabalhados e repensados, são eles: “discrepância entre as experiências e as expectativas”, “dicotomia consenso/resignação” e “dicotomia espera/esperança”.

Vale ressaltar que a formação do povo acreano ainda não se esgotou, e não se esgotará, pois como diz Camus “o homem é uma longa criação”. E para explicitar o “ato de criação”, Cocco (2009) recorre à reflexão de Deleuze sobre a distinção entre “informação e comunicação” e obras de arte. Comunicação e informação, para Deleuze, fazem parte de um sistema de controle, funcionam como palavras de ordem. Já as “obras de arte” fazem alusão a um ato de resistência, uma informação como contrainformação. Continuando, Deleuze recorre a Malraux para responder a pergunta “Mas o que é a arte?” e obtêm a resposta “a única coisa que resiste à morte”. Deleuze não para por aí e continua “O que resiste à morte?” e discorre que só o ato de resistência resiste à morte, seja na forma de obra de arte, seja na forma de luta dos homens. Portanto, Cocco finaliza dizendo que “A única arte que nos interessa é a arte da luta: nova dinâmica do ser.”, de onde podemos destacar que a história do povo acreano é uma história de resistência, ou seja de uma obra de arte. Uma obra de arte que, em sua resistência,

enfrenta na atualidade novas forças contra o que lutar para continuar em seu devir, suas transformações.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACRE. BIBLIOTECA DA FLORESTA. **Seringueiros e Ribeirinhos**. Disponível em: www.bibliotecadafloresta.ac.gov.br . Acesso em: 25 ago. 2011b.

ACRE. GOVERNO DO ESTADO DO ACRE. **Zoneamento Ecológico-Econômico Fase II**. Rio Branco – AC, 2006.

ACRE. GOVERNO DO ESTADO DO ACRE. **Acre em Números 2011**. Rio Branco – AC, 2011a.

AGOSTINE, C. **Petróleo Gado e floresta desafiam Viana**. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/865243/petroleo-gado-e-floresta-desafiam-viana>. Acesso em 29 out 2012.

BRASIL. MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES. História do Acre. Disponível em: <http://www.dc.mre.gov.br/imagens-e-textos/revista2-mat13.pdf> . Acesso em: 2 fev. 2012.

COCCO, G. **MundoBraz: o devir-mundo do Brasil e devir-Brasil do mundo**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

CUNHA, E. **À Margem da história/ Euclides da Cunha** – São Paulo: Martin Claret, 2006

GUIMARÃES JUNIOR, I. S. **A Construção Discursiva da Florestania: Comunicação, identidade e política no Acre**. UFF. Niterói – RJ. 2008

GUSMÃO, A. V. P. **Problemas ambientais globais e a compensação por serviços ambientais como alternativa para a proteção do capital social e ecológico**. Disponível em: <http://jus.com.br/revista/texto/6341/problemas-ambientais-globais-e-a-compensacao-por-servicos-ambientais-como-alternativa-para-a-protecao-do-capital-social-e-ecologico#ixzz24kvPxkuI>. Acesso em: 5 set. 2012.

FOUCAULT, Michel. **Aula de 17 de março de 1976**. In: *Em defesa da sociedade*. São Paulo, Martins Fontes, 1999. p. 285 a 315.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Quadro Geral dos Povos**. Disponível em <http://pib.socioambiental.org/pt/c/quadro-geral>. Acesso em: 23 set. 2012.

PINHEIRO, F. M. A Invenção da Florestania. **XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste**. Rio de Janeiro. p. 14. 2009.

_____. Florestania – A Cidadania da Floresta vista a partir de conceitos de Biopolítica, Significantes Vazios e Ecologia dos Saberes. **XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Caxias do Sul – RS. 2010

MACIEL, et al. **Pagando por Serviços Ambientais: Uma proposta para a Reserva Extrativista Chico Mendes**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aa/v40n3/07.pdf>. Acesso em: 5 set. 2012.

MARQUES, A. **Discurso de Posse do Governador Binho Marques**. Disponível em: <http://altino.blogspot.com.br/search?updated-min=2006-01-01T00:00:00-05:00&updated-max=2007-01-01T00:00:00-05:00&max-results=50>. Acesso em: 28 ago. 2012.

_____. **Entrevista de Binho Marques. Política para Políticos**. Disponível em: http://www.politicaparapoliticos.com.br/especiais/governadores/entrevista.php?id_governador=12 . Acesso em: 1 set. 2012.

NEVES, M. V. **Uma breve história da luta acreana**. In: Caderno Povos da Floresta. Secretaria Executiva do Comitê Chico Mendes. Rio Branco – AC, [21-]

RODRIGUES, E. **Fim da Secretaria de Floresta do Acre enfraquece política florestal na Amazônia**. Disponível em: <http://terramagazine.terra.com.br/blogdaamazonia/blog/2012/02/29/fim-da-secretaria-de-floresta-do-acre-enfraquece-politica-florestal-na-amazonia/>. Acesso em: 7 set. 2012.

SANDRI, S. **A Assustadora Década de 70**. In: Caderno Povos da Floresta. Secretaria Executiva do Comitê Chico Mendes. Rio Branco – AC, [21-]

SANT'ANA JUNIOR, H. A. **Desenvolvimentistas e Sustentabilistas no Governo da Floresta**. Boletim Rede Amazônia, Ano 2, n. 1, p.99-105. 2003.

_____. **Desenvolvimento e Conservação Ambiental: Políticas Sócio-Ambientais do Governo do Acre**. III Encontro da ANPPAS. 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 79, Nov. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002007000300004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 14 Dec. 2012.

SOUZA, I. **Eleições 2010: Um olhar a partir “dos de baixo”**. Disponível em: <http://associacaosociologosac.blogspot.com.br/2010/10/eleicoes-2010-um-olhar-partir-dos-de.html> . Acesso em: 10 set. 2012.

VERAS DE SOUZA, J. J. **O programa de “desenvolvimento sustentável do Acre”: Uma análise a luz do discurso de desenvolvimento sustentável e da cooperação internacional**. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis – SC. 2008

Eduardo Passaro Jr

Aluno: Eduardo Passaro Junior



Orientador: Prof. Dr. Flávio Henrique Mingante Schlittler